

# TCM-BA - CONTROLE DE ATOS RELACIONADOS À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA - COVID19 (MARÇO A MAIO DE 2020)

Data de envio
14/06/2020 18:47:54
Endereço IP
177.99.87.151

## QUESTÕES

<b>BLOCO I – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19</b>
1 - Existe algum caso de COVID-19 confirmado no seu município?
Sim [Y]
1.1 - Informar a quantidade :
11
2 - Houve algum caso recuperado de COVID-19?
Sim [Y]
2.1 - Informa a quantidade:
3
3 - Houve alguma morte de residente no município decorrente de COVID-19?
Não [N]
4 - Há mapeamento por bairro, rua, zona, região ou setor, dos casos suspeitos, confirmados, mortes e curados pelo COVID-19?
Sim [Y]
5 - Foi editado algum ato normativo (Lei, Decreto, Portaria ou outros) para enfrentamento da pandemia do CORONAVÍRUS?
Sim [Y]
5.1 Realize upload do arquivo(Lei, Decreto, Portaria ou outros)
DECRETO 42-2020 - Institui o Comitê Municipal de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, e dá outras providências.pdf (438KB) DECRETO 42-2020DECRETO 47-2020 - Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da emergencia de saude publica decorrente do corona virus no ambito do Municipio de Antonio Cardoso.pdf (726KB) DECRETO 47-2020DECRETO 39-2020 - Decreta situação de Emergência Pública no Município de Antonio Cardoso, bem como estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavirus.pdf (1078KB) DECRETO 39-2020
filecount - 5.1 Realize upload do arquivo(Lei, Decreto, Portaria ou outros)
3
6 - O Município declarou situação de calamidade pública por situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19?
Sim [Y]
6.1 - No caso de Decreto de calamidade pública, houve remessa a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em atenção aos termos do Art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?
Sim [Y]
6.2 - A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia reconheceu Decreto de Calamidade Pública, nos termos do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/00?
Sim [Y]

6.3 - O decreto de calamidade pública estipula prazo de vigência?

Sim [Y]

## BLOCO II – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO – LICITAÇÃO/DISPENSA

7 - Relacionar os procedimentos administrativos de dispensa e decorrentes de licitação, em função de ações para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, com respectiva contratação de acordo com a planilha. Baixe aqui o arquivo a ser preenchido para envio: [http://www.tcm.ba.gov.br/questionarios/covid19/arquivos/Processo\\_Aquisicao.xls](http://www.tcm.ba.gov.br/questionarios/covid19/arquivos/Processo_Aquisicao.xls) Realize upload da planilha preenchida.

Processo\_Aquisicao.xls (62KB) PROCESSO AQUISIÇÃO

filecount -

7 - Relacionar os procedimentos administrativos de dispensa e decorrentes de licitação, em função de ações para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, com respectiva contratação de acordo com a planilha. Baixe aqui o arquivo a ser preenchido para envio: [http://www.tcm.ba.gov.br/questionarios/covid19/arquivos/Processo\\_Aquisicao.xls](http://www.tcm.ba.gov.br/questionarios/covid19/arquivos/Processo_Aquisicao.xls) Realize upload da planilha preenchida.

1

8 - Os créditos indicados para as obrigações firmadas no processo do item anterior são de recursos vinculados?

Sim [Y]

9 - A Administração Pública declarou a dispensa a estimativa de preço?

Não [N]

Sim [Y]

11 - Caso tenha sido contratado valor superior à estimativa de preços, há justificativa nos autos?

Sim [Y]

12 - A vigência do contrato é igual ou inferior a 6 meses, nos termos do art. 4º - H da Lei nº 13.979/20?

Sim [Y]

Sim [Y]

14 - Foram realizadas as publicações, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 ou da Lei Federal nº 10.520/02?

Sim [Y]

14.1 - Realize o upload dos documentos assinados digitalmente:

Publicação - Extrato Contrato 075-2020.pdf (627KB) PublicaçãoPublicação - Extrato Contrato 041-2020.pdf (218KB)

filecount - 14.1 - Realize o upload dos documentos assinados digitalmente:

2

15 - Há na publicação, indicação específica que a contratação decorre do enfrentamento do COVID-19?

Sim [Y]

16 - Algum dos contratados estavam com inidoneidade declarada ou com os direitos de participação em licitação ou contratar com o Poder Público Suspenso?

Não [N]

17 - Foi realizada aquisição de bens usados?

Não [N]

18 - Foram realizadas contratações por pregão simplificado com base na Lei nº 13.979/20?

Não [N]

19 - Os créditos indicados para as obrigações firmadas no processo do item anterior são de recursos vinculados?

Não [N]

## BLOCO III – PROCESSO DE CONTRATAÇÃO – EXECUÇÃO DO CONTRATO

20 – Houve aditivo de contrato em vigência para prestação ou fornecimento de serviços e produtos por pertinência à Lei nº 13.979/20?

Não [N]

21 - Excepcionalmente, desde que represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou propicie significativa economia de recursos, foi necessário realizar pagamento antecipado?

Não [N]

22 - O prazo de vigência dos contratos está de acordo com o prazo do decreto de calamidade pública?

Sim [Y]

#### **BLOCO IV – PESSOAL**

23 - O Município tem lei específica prevendo situações de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal?

Sim [Y]

24 - Foram realizadas contratações de pessoal em função da Pandemia do COVID-19?

Não [N]

#### **BLOCO V – ORÇAMENTO PÚBLICO**

Não [N]

Não [N]

27 - Houve abertura de crédito extraordinário?

Não [N]

#### **BLOCO VI – LRF**

28 - Foi realizada concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita no período?

Não [N]

29 - Foi publicado Decreto ou outro regulamento para redução e contingenciamento de despesas em razão da previsão de queda das receitas, decorrente do COVID-19 (redução de gastos com diárias, com locomoção, com consumo de energia, água e gás, com material de expediente, com combustível, com reajustes salariais, etc.)?

Não [N]

#### **BLOCO VII – PNAE/PNAN**

30 - A Administração executou despesa de merenda escolar durante o período de vigência do decreto de calamidade pública?

Sim [Y]

31 - A distribuição de merenda escolar aconteceu durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica?

Sim [Y]

32 - A distribuição se restringiu ao período de suspensão das aulas?

Sim [Y]

33 - Foi realizado planejamento de distribuição dos kits de alimentação com: a) cronograma, b) locais de entrega, e c) equipes de profissionais para distribuição?

Sim [Y]

Não [N]

---

35 – Foi constituído Conselho de Alimentação Escolar (CAE), conforme Lei n° 11.947/09 e Lei n° 13.987/20?
Sim [Y]

35.1 - Qual a lei municipal?
30/2010

<b>BLOCO VIII – AUXÍLIO FINANCEIRO</b>

36 – O Município recebeu apoio financeiro decorrente das perdas na arrecadação no período de março a junho do exercício de 2020?
Sim [Y]

36.1 - Qual o valor recebido?
669813.76

<b>BLOCO IX – OUTROS</b>

37 – Houve processo de requisição de bens e serviços de pessoas naturais ou jurídicas a gerar pagamento de indenização pela Administração Pública?
Não [N]

38 – Foi aberto processo administrativo para a requisição?
Não [N]

39 – Foi publicado o ato administrativo de requisição?
Não [N]